

**Estudo das Práticas Emocionais nas Organizações: uma Proposta Teórico-
Metodológica**

VINÍCIUS RENNÓ CASTRO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)

LUCIANO MENDES

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)

Estudo das Práticas Emocionais nas Organizações: uma Proposta Teórico-Metodológica

Resumo: O presente ensaio teórico tem como objetivo apresentar uma proposta teórico-metodológica para investigação e análise de práticas emocionais nas organizações. Trata-se, de modo geral, de um esquema baseado na praxeologia do sociólogo francês Pierre Bourdieu, adaptado com dispositivos teórico-metodológicos da Análise Crítica do Discurso e da Psicologia Discursiva Crítica. É discutido inicialmente, após a introdução, o campo dos estudos baseados na prática e a teoria da prática de Bourdieu com seus pressupostos ontológicos e epistemológicos; posteriormente é discutida a noção de prática emocional e disposição emocional; nos tópicos seguintes são apresentados os detalhes e etapas de nossa proposta; por fim, são apresentadas a conclusão e as referências.

Palavras-chave: praxeologia; práticas emocionais; Pierre Bourdieu; práticas afetivo-discursivas; organizações.

1. Introdução

O “mito da racionalidade” que perdurou (e ainda perdura de modo menos incisivo) durante um longo período na gestão das organizações, criou a ilusão de que as emoções ou a não-razão não faziam parte desse universo (FLAM, 2002; FINEMAN, 2007). Entretanto, podemos afirmar hoje que todas as decisões envolvidas numa lógica organizacional, mesmo aquelas mais frias, estão diretamente relacionadas às emoções (LE BRETON, 2008). A partir do momento que os indivíduos entram no ambiente de trabalho eles carregam consigo suas paixões, ódios, ansiedades, orgulho, decepções e inveja, criando uma meta-realidade emocional que influencia todas as interações que ali se desenvolvem (FINEMAN, 2003). Portanto, a sociedade e as organizações moldam o indivíduo, mas ao mesmo tempo dependem inteiramente das ações e disposições dos indivíduos para sua própria existência (CROSSLEY, 2001).

Para Flam (2002), muitas organizações tidas como altamente racionalizadas na verdade estabelecem para os indivíduos formas específicas de sentir e administrar suas emoções ao definirem suas regras e normas, exigindo expressões, repressões e atuações emocionais de seus membros visando atingir objetivos organizacionais. Como exemplo podemos citar a necessidade de bancários em demonstrar discrição, delicadeza, sensibilidade, bem como inspirar confiança em seus clientes. Do mesmo modo, Niven (2015) também aponta o papel crucial das emoções em labores cotidianos diversos, como a tentativa de funcionários do setor varejista em induzir felicidade em seus clientes ao atendê-los com um sorriso, ou o papel dos gerentes em entusiasmar seus subordinados através de discursos motivadores e empolgantes, colegas de equipe que tentam reduzir a ansiedade do próximo oferecendo apoio e, ainda, trabalhadores que alimentam sentimentos de inveja ao depreciar o sucesso de colegas ao criticá-los. Porém, na maioria dos casos essas ações são orientadas por objetivos e interesses subjacentes das próprias organizações.

As organizações representam espaços carregados emocionalmente, pois “todas as ações e na realidade a própria razão, requerem emoções facilitadoras apropriadas” (BARBALET, 2002). Há nas organizações uma “cultura emocional” composta por um conjunto de práticas sociais em que as emoções incorporadas se configuram como um padrão de ação reconhecível (RECKWITZ, 2012). Ainda segundo Reckwitz (2012), o complexo de práticas sociais que constituem as organizações produz uma espacialidade própria, a qual também é estruturada no âmbito afetivo-perceptivo, produzindo o que o autor denomina como espaços afetivos ou emocionais, onde os corpos humanos participam via subjetivação ou formação do *habitus*. Do mesmo modo, Schatzki (1996) considera que as organizações “acontecem” por meio de um

conjunto intrincado de práticas que também possui uma dimensão emocional ou, nas palavras do autor, uma estrutura teleológica-afetiva¹ (SCHATZKI, 2006).

O que podemos extrair das considerações desses autores é que as organizações são continuamente estruturadas por um conjunto de práticas sociais e também emocionais². Conforme explicaremos mais adiante, as emoções, “não são preparações para a ação, mas a ação” (BIENARCKI, 2007, p. 1), logo, uma lente epistemológica e ontológica da prática para estudar as emoções nesse ambiente permite-nos abordar aspectos da realidade emocional do ambiente e dos *habitus* que ali atuam partindo de uma totalidade relacional. Do mesmo modo que Wetherell (2012) diz que as práticas emocionais representam a unidade de análise mais coerente possível para uma ciência social das emoções, argumentamos que os estudos organizacionais que visam entender as emoções também devem partir desse enfoque analítico, posto que, como nos lembram Santos e Silveira (2015), os estudos baseados na prática permitem compreender o que é concretamente dito, pensado e sentido nas atividades organizacionais, distanciando-se de teorias tradicionais dos estudos organizacionais que focam em aspectos formais e sistêmicos das organizações e de seus membros, explicando-as de maneira muito abstrata ou funcionalista e, nesse sentido, incompatível com a realidade concreta vivida pelas pessoas nesse espaço.

Para Oliveira (2016), estudar as práticas emocionais nas organizações possibilita uma análise ampliada que não se refira somente a quais emoções são vivenciadas e operacionalizadas nos espaços organizacionais, mas quais processos de organização social as emoções produzem, levando em consideração as práticas de “falar, expressar e/ou incorporar o sentir [disposições] de maneira a objetivar a produção das subjetividades [...] é preciso considerar as práticas emocionais que produzem, reproduzem e sustentam nosso cotidiano de trabalho” (OLIVEIRA, 2016, p. 57-58). Da mesma forma, uma série de questionamentos pertinentes e relevantes no âmbito organizacional podem ser analisados, por exemplo, quais práticas emocionais são mais valorizadas ou tidas como autênticas na empresa e quais são subordinadas (SMITH et al., 2018); como as disposições emocionais e suas práticas atreladas influenciam em atividades e rotinas específicas da organização e nos interesses dos membros; quais emoções se configuram como recursos de distinção e/ou poder capazes de proporcionar vantagens pessoais; quais emoções supostamente privadas e não prescritas os indivíduos mobilizam para obter disposições que permitam desempenhar o papel esperado no campo ou motivar-se para tal (VORONOV, 2013); como são organizados trabalhos emocionais institucionalizados tais como lidar com colaboradores ou clientes com raiva e quais as regras de sentimento e expressão emocional implícitas no cotidiano laboral (HOCHSCHILD, 1983), entre vários outros questionamentos.

Apesar dessas considerações, um questionamento ainda é muito pertinente: como estudar e analisar essas práticas emocionais num subcampo organizacional? Segundo Wetherell (2012), não existe ainda uma metodologia única capaz de atender a todos os critérios necessários quando as práticas emocionais são a unidade de análise de uma pesquisa (isso depende também, obviamente, do objeto que está sendo estudado e dos objetivos do pesquisador). A autora afirma que há ainda muito trabalho a ser feito nesse sentido e que isso requer uma engenhosidade teórico-metodológica. É diante dessas necessidades e possibilidades que objetivamos com esse ensaio teórico trazer uma proposta teórico-metodológica para investigação e análise de práticas emocionais nas organizações. Especificamente, propomos um

¹ Segundo Santos e Silveira (2015, p. 85), essa estrutura teleológica-afetiva constitui um conjunto hierarquicamente organizado e “normativo” de fins (objetivos, interesses), meios para alcançá-los (projetos, tarefas – ações) e, ainda, emoções [...] que são aceitos e aconselhados, considerados como válidos ou legítimos na prática. [...] esses fins e afetos – em conjunto – não “pertencem” aos indivíduos e sim à prática na qual eles estão engajados

² Ao longo do ensaio a noção de práticas emocionais e suas implicações serão devidamente explicadas e discutidas.

esquema baseado na praxeologia de Pierre Bourdieu (2002; 2008; 2009) para análise organizacional adaptado com dispositivos teórico-metodológicos de estratégias de pesquisa como a Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001) e a Psicologia Discursiva Crítica (WETHERELL, 2012), utilizando de técnicas como entrevistas semi-estruturadas (BAUER; GASKELL, 2008) e observação participante (ANGROSINO, 2008) de práticas específicas (NICOLINI, 2009).

2. A prática numa concepção bourdieusiana – para além da subjetividade e objetividade

De modo geral, considerando a miscelânea de pesquisas que compõem o campo dos estudos baseados na prática (EBP)³, a qual implica numa multiplicidade de teorias e metodologias, podemos destacar um ponto em comum substancial entre todos esses estudos: o esforço envidado pelos estudiosos em superar dicotomias clássicas da teoria social e da filosofia, como estrutura-agência, micro-macro, consciente-inconsciente, entre outras, as quais podem ser representadas por duas grandes tradições de pesquisa: o subjetivismo e o objetivismo (GHERARDI, 2009). Os teóricos iniciais da prática, como Bourdieu (2002) e Giddens (1984), foram os primeiros a tentar escapar do realismo da estrutura que considera as relações objetivas como realidades já constituídas fora da história dos indivíduos, sem recair, entretanto, no subjetivismo, o qual se demonstra como incapaz de dar conta da necessidade do mundo social por centrar-se em verdades pautadas pela experiência primeira da realidade social (LAMMI, 2018). Além de Bourdieu e Giddens, ambos sociólogos, outros teóricos também foram influenciadores proeminentes das teorias da prática, como os filósofos Heidegger, Wittgenstein e Merleau-Ponty, ou ainda, Michel Foucault, Sherry Ortner, Charles Taylor, e mais recentemente, inspirados em alguns dos autores citados anteriormente, teóricos contemporâneos como Schatzki e Reckwitz (ROUSE, 2009).

Nesse panorama diverso, posicionamentos ontológicos, epistemológicos e metodológicos têm sido assumidos por diferentes pesquisadores de áreas distintas, como ocorre no campo dos estudos organizacionais (BISPO et al., 2014; SANTOS; SILVEIRA, 2015). As perspectivas de análise, as metodologias e as concepções da prática variam mesmo dentro de um campo específico, como é o nosso caso. Não cabe a nós essa árdua tarefa de distinguir as peculiaridades distintivas dessas variações, porém é importante mencionar que elas existem. Diante disso, reiteramos que nossa proposta teórico-metodológica será fundamentada por uma perspectiva teórica da prática, a qual visa trabalhar com a “articulação de determinadas relações teóricas que explicam a dinâmica da atividade cotidiana, como elas são geradas e como elas operam em diferentes contextos e ao longo do tempo (FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011, p. 2)”, baseada nos pressupostos ontológicos e epistemológicos da teoria da prática de Pierre Bourdieu (2002; 2004; 2007; 2008; 2009) e seguindo suas orientações metodológicas (BOURDIEU et al., 2007; BOURDIEU, 2017; BARANGER, 2012) aplicadas ao estudo das organizações (THIRY-CHERQUES, 2008; EVERETT, 2002) e suas práticas organizacionais (NICOLINI, 2009).

Diante dessas considerações, trazemos nesse tópico um breve delinear sobre a teoria da prática de Bourdieu e suas inerências explicativas (2002; 2009), teoria essa que é fundamental para entender todo o esquema teórico-sociológico do sociólogo francês, posto que é identificada por ele como a maneira mais característica da existência humana e ao mesmo tempo uma instância sócio-ontológica capaz de romper com as dicotomias mencionadas anteriormente quando analisadas através de seus dispositivos teóricos relacionais, como o *habitus* e o campo. O marco do trabalho intelectual de Bourdieu que permitiu uma guinada teórica-empírica de imparidade rumo à uma teoria da prática cientificamente consolidada foi sua obra “Esboço de

³ Utilizamos a expressão “estudos baseados na prática” em um sentido amplo, abrangendo tanto os “trabalhos orientados para a prática” como os “trabalhos teóricos da prática”.

uma teoria da prática”, redigida em 1972 como complemento de suas vivências no Béarn a partir da experimentação e maturação de seu pensamento no trabalho de campo na Argélia. Foi um trabalho que introduziu, de acordo com Miceli (2005),

os princípios teóricos decisivos de sua visada sociológica, em especial a longa digressão sobre os modos de conhecimento, sobretudo aquele suscitado pela práxis, que está na raiz do conceito de *habitus*, o qual plasmaria, doravante, uma sociologia nucleada na razão prática, marca que o distinguiria tanto das correntes interacionistas como das vertentes estruturalistas (p. 19).

As práticas, segundo Bourdieu (2009) têm sua gênese na relação coincidente e ao mesmo tempo dialética entre os sistemas de disposições⁴ duráveis (*habitus*) e posições sociais num dado campo (capitais), dentro das atuais circunstâncias e regularidades estruturais do jogo de disputas simbólicas e históricas (campo). Essa relação é resumida por Bourdieu (2006, p. 97) na seguinte equação:

$$[(\textit{habitus}) (\textit{capital})] + \textit{campo} = \textit{prática}$$

Estudar as práticas sociais dentro dessa relacionalidade conceitual permite aos pesquisadores uma busca realizável em desvelar a sistematicidade sucessiva e objetiva de práticas específicas, dado que os *habitus* funcionam como esquemas geradores e organizadores de práticas, funcionam como “estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes” (BOURDIEU, 2002, 2009), das mesmas estruturas que os produziram: “produto da história, o *habitus* produz as práticas, individuais e coletivas, portanto, da história, conforme aos esquemas engendrados pela história” (BOURDIEU, 2009, p. 90). As práticas são compreensíveis porque há uma coerência que pode ser observada em “todos os produtos da aplicação de um mesmo [similar] *habitus* [...] coerência que os princípios geradores desse *habitus* devem às estruturas sociais [...] das quais são o produto e que tendem a reproduzir” (BOURDIEU, 2009, p. 157-158).

Bourdieu concebe o *habitus* como tendo um elevado grau de estabilidade, como sistemas de disposições duráveis e transponíveis que estão associados à uma classe/grupo particular de condições de existência que formam regularidades objetivas e que, portanto, “tende a engendrar todas as condutas ‘razoáveis’, do ‘senso comum’, que são possíveis nos limites dessas regularidades” (BOURDIEU, 2009, p. 92). Essa homogeneidade limitada às condições existenciais e sociais é o que faz que as práticas sejam inteligíveis e previsíveis, percebidas, assim, como evidentes e decifráveis. Esse é o ponto de partida para entendermos como as práticas são contempladas por uma relativa regularidade, unicidade e sistematicidade. O *habitus* não segue regras, mas é regular, regular porque as disposições funcionam como “regras” para a ação, no sentido de modos habituais de agir que são incorporados e armazenados durante as trajetórias sociais dos agentes e influenciam diretamente na regularidade de suas práticas sociais.

Nesse sentido, as práticas não são irredutíveis as relações presentes de interação justamente porque existem forças estruturais subjacentes que compõem as diferentes lógicas dessas relações práticas, principalmente relações de poder e prestígio, como por exemplo aquelas associadas ao volume e estrutura de capital dos agentes de um dado campo. Uma perspectiva praxeológica permite então desvendar aspectos que não podem ser facilmente

⁴ Bourdieu apropria-se do conceito filosófico de disposições para defini-las dentro de sua sociologia como “capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados” (WACQUANT, 2007, p. 2). Essas capacidades são estruturadas a partir da incorporação das estruturas sociais, isto é, incorporação de “hábitos corporais, cognitivos, avaliadores, apreciativos, etc., [...] esquemas de ação, maneiras de fazer, de pensar, de sentir e de dizer adaptadas (e às vezes limitadas) a contextos sociais específicos. Interiorizam modos de ação, de interação, de reação, de apreciação, de orientação, de percepção, de categorização, etc.” (LAHIRE, 2002, p. 173).

medidos, como modelos simbólicos de atividades práticas, conhecimento de mundo, significados subjetivos, subjacências estruturais, crenças dóxicas, interesses e competências práticas (BOURDIEU; WACQUANT, 1992). Assim, adotar uma lente prática nos possibilita fazer articulações teóricas para explicar a dinâmica das atividades cotidianas dos agentes, como elas são geradas e como operam em diferentes contextos atendo-se a dimensão emocional dessas atividades.

3. Práticas emocionais: o passado no presente e no porvir do futuro

Tendo sido realizada uma elaboração ontológica e epistemológica da prática segundo os pressupostos bourdieusianos, nada mais justo e correto do que construirmos nosso argumento sobre as “práticas emocionais” com base em sua sociologia da prática. Segundo Smith et al. (2018), não fica claro nas obras de Bourdieu como ele entendia as emoções, sendo as vezes interpretadas por ele como um tipo de disposição corporal durável, tal como um hábito subjetivo, e outras vezes como uma espécie de antecedente psicológico universal aplicado às disposições, como uma energia ou motivação. Como bem discutem Crossley (2001), Probyn (2005) e Wetherell (2012), a primeira interpretação é mais condizente com a sua teoria e se demonstra em alguns de seus últimos trabalhos, como quando Bourdieu (1999) argumenta que os agentes não podem se ajudar em casos de desajustes sociais (histereses) e as emoções só ajudam a reforçar um possível *habitus* desajustado ao reencenarem as práticas passadas. Por exemplo, segundo Wetherell (2012), seguindo a lógica teórica de Bourdieu, quando uma situação ameaça a trajetória de um agente (pela quebra da cumplicidade disposições-campo), esse indivíduo pode sentir uma intensa ansiedade. Essa ansiedade imagina o fracasso da ação e antecipa um resultado de fracasso, aumentando a energia da disposição emocional sobre a prática social, reproduzindo práticas emocionais. Porém, ainda segundo Wetherell (2012), como as emoções operam nas práticas sociais medidas pelo *habitus* é uma questão que não foi elaborada por Bourdieu e que ainda pouco se discute na academia.

O que argumentamos, é que as emoções são aprendidas e se manifestam através de hábitos socialmente constituídos na forma de disposições corporais. As estruturas sociais, reguladas pela cultura, proporcionam aos agentes desde a socialização primária conteúdos que são interiorizados no *habitus* na forma dessas disposições, como um conjunto de práticas e uma linguagem que dão sentido as habilidades de percepção, expressão, controle e reação emocional. De acordo com Burkitt (2018, p. 3), as disposições emocionais “criam tendências para agir [...] ou responder emocionalmente de modos específicos a certas situações e estão ligadas ao seu caráter ou personalidade [...] sendo a base do eu emocional”.

As emoções, destarte, são pré-cognitivas, cognitivas e corporais, dado que envolvem interpretações que são informadas pela cultura, mas também são disposições inculcadas em esquemas corporais por meio de práticas sociais que compõem a cultura. Desse modo, podemos dizer que as próprias emoções se configuram como práticas e quando essas práticas se repetem elas evidenciam o potencial disposicional (SMITH et al., 2018). Como bem coloca Richard Bienarcki (2007, p. 1), “pensar e sentir não são preparações para a ação, mas são a ação”. Essas práticas emocionais não são “naturais” nem aleatoriamente experienciadas, mas estão atreladas à um repertório aprendido e incorporado que orienta essas ações. Isso não quer dizer que as emoções sejam respostas mecânicas, pois são relacionais (BURKITT, 1997). São relacionais porque só fazem sentido quando envolvem outros agentes ou objetos que são responsáveis por produzir de modo simultâneo o conteúdo, o processo e o resultado de atividades situadas. A raiva ou o medo, por exemplo, não são emoções primárias que existem dentro de um *self* biológico, mas são relacionais aos outros e suas histórias, são respostas a situações e ao próprio mundo.

Apesar da multiplicidade de campos do conhecimento e teorias fundamentadas por paradigmas diversos que estudam as emoções, na filosofia, a primeira disciplina a pensar sobre

as emoções, os autores concordam entre si que as emoções existem sempre em relação a algo ou alguém, por exemplo, um indivíduo sempre está com raiva de alguma coisa ou de outro indivíduo; as pessoas sempre se apaixonam por alguém ou algo; sempre se tem medo de algo (mesmo que esse algo seja imaginado ou incognoscível) (SOLOMON, 2008). Desse modo, argumentamos com base na literatura que as emoções não são internas ou externas a algo, mas existem e funcionam como uma prática social (SCHEER, 2012; WETHERELL, 2012). Ainda, elas não existem somente no social, mas nas práticas cotidianas que envolvem várias dimensões (mente, corpo, objetos, signos, símbolos, culturas, etc.) e as reconstrói continuamente (BURKIT, 1997). Para Smith et al. (2018), toda prática social envolve algum tipo de emoção, mesmo que essa emoção esteja ligada ao tédio ou indiferença. Segundo esses últimos autores, o que diferencia a prática emocional da prática social geral, no entanto, é simplesmente o fato de que essa é a atividade humana onde a emoção se configura como um foco específico e principal da prática.

Nesse sentido, concordamos com Wetherell (2012) quando ela afirma que a prática afetiva ou prática emocional é a unidade de análise mais coerente possível para uma ciência social das emoções. Inclusive, a pesquisa social sobre emoções através de estudos baseados na prática tem aumentado nos últimos anos, como podemos observar na sociologia (BURKIT, 2014; RECKWITZ, 2002; 2012), na história (REDDY, 2009; SCHEER, 2012), na psicologia social crítica (WETHERELL, 2012; WETHERELL et al., 2015) e na geografia (EVERTS; WAGNER, 2012). Essas linhas emergentes de pesquisa não consideram a noção de prática emocional ou prática afetiva como uma teoria geral dos afetos e emoções, pelo contrário, “chama a atenção para afetos e emoções que são regulares, se não necessariamente rotineiros, relativamente previsíveis e ordenados (mas que também podem ser de outra forma) e ligados às relações sociais contínuas” (SMITH et al., 2018).

4. Proposta Teórico-metodológica

Para propormos um caminho teórico-metodológico de investigação e análise das práticas emocionais nas organizações partimos da própria postura epistemológica que Bourdieu assumia perante a pesquisa social, que é o rompimento com as pré-noções e o senso comum, buscando criar um “conhecimento sem doutrinas e sem amarras intelectuais, aberto às diferentes influências e que não possuísse uma fórmula elaborada a priori, tal qual um engenheiro elabora sua planta de construção (SCARTEZINI, 2011, p. 26). Para tanto, é preciso questionar categorias aceitas de análise, desconstruir algumas problemáticas pré-fabricadas e trazer conceitos analíticos robustos, projetados para a análise empírica (WACQUANT, 2002). Assim como numa perspectiva kuhiana assumimos que para o avanço da ciência são necessárias rupturas paradigmáticas, Bourdieu aprende com Bachelard (1953) que para haver o progresso científico são necessárias “rupturas perpétuas, entre o conhecimento ordinário e o conhecimento científico” (p.17), é necessário “[...] evitar as aparências da cientificidade, contradizer mesmo as normas em vigor e desafiar os critérios correntes do rigor científico” (BOURDIEU, 1990a, p. 42). Não propomos aqui um anarquismo ou relativismo epistemológico, mas a liberdade de combinar estratégias, métodos e técnicas de pesquisa que possibilitem pesquisar as práticas emocionais no subcampo organizacional.

Em face do exposto, nossa proposição é a adoção de uma abordagem qualitativa de pesquisa utilizando-se de estratégias fundamentadas no método praxeológico de Bourdieu (BOURDIEU et al., 2007; BOURDIEU; WACQUANT, 1992; BOURDIEU, 2007; 2017; BARANGER, 2012) para análise organizacional (THIRY-CHERQUES, 2008; EVERETT, 2002) e num modelo adaptado de análise crítica do discurso (ACD) (FAIRCLOUGH, 2001) e da psicologia (social) discursiva crítica (WETHERELL, 2012; 2013). Como técnicas de coleta de dados utilizamos no esquema teórico-metodológico proposto as entrevistas semi-

estruturadas em profundidade (BAUER; GASKELL, 2008) e a observação participante (ANGROSINO, 2008) de atividades práticas organizacionais específicas (NICOLINI, 2009).

Não existe um roteiro metodológico bourdieusiano rígido para pesquisa social, posto que a construção do objeto de pesquisa “não é algo que se opera de uma vez só, através de uma espécie de ato teórico inaugural [...] é um trabalho de longo prazo [...] através de retoques sucessivos, de toda uma série de correções e retificações” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 199). A teorização, investigação e análise dos dados devem ser realizadas e refletidas continuamente durante a pesquisa. Assim sendo, os níveis e etapas que sugerimos em nosso esquema teórico-metodológico para investigar e analisar as práticas emocionais podem e devem ser alteradas ao longo da pesquisa segundo os objetivos do trabalho e os achados no campo. Antes de descrever os pormenores dessas etapas, faz-se necessário ressaltar brevemente como Bourdieu (2002) entendia o conhecimento científico sociológico⁵ capaz de firmar uma análise prática do mundo social.

De modo geral, para seguirmos “rígidamente” a metodologia reflexiva de Bourdieu (1992) é necessário aplicar a fórmula do filósofo da ciência Gaston Bachelard⁶ visando perpassar uma monitoração da pesquisa e pesquisador de segundo grau em direção a um terceiro grau (ROBBINS, 2018). Em outras palavras, o que Bourdieu (2002) propõe é transformar os instrumentos de Bachelard em um procedimento de redução fenomenológica: ao invés de simplesmente realizar uma ruptura epistemológica na pesquisa científica que permita compreender as condições sociais de produção da explicação científica e os métodos utilizados para tal propósito, é necessária uma terceira análise sociológica desse objetivismo sociológico identificado pela segunda ruptura para eliminar quaisquer atitudes naturais ainda vigentes na prática de segundo grau.

Além do próprio conhecimento objetivista ser analisado, é necessário analisar a dialética entre as relações objetivas e as disposições estruturadas nessa atividade disruptiva de segunda instância, considerando assim a própria prática da prática de pesquisa, pois [...] “uma prática científica que se esquece de se pôr a si mesma em causa não sabe, propriamente falando, o que faz” (BOURDIEU, 1990, p. 35). Esse exercício é denominado por Bourdieu como objetivação ou objetificação participante, prática fundamental de seu método reflexivo, que busca essa ruptura tanto do conhecimento objetivista (por exemplo, no campo científico as relações objetivas são determinadas pelas categorias socialmente constituídas de entendimento do mundo acadêmico e do mundo social), como dos interesses particulares de cada pesquisador que pertence à um campo específico e ocupa uma posição nesse campo (segundo os exemplo anterior, interesses de um pesquisador no campo acadêmico). Em outros termos, o objeto que se analisa não é independente nem da ciência que o realiza nem do ato de conhecimento do mesmo.

⁵ Não cabe a esse ensaio uma análise detalhada sobre as bases epistemológicas da teoria sociológica de Bourdieu e seu método reflexivo. Para tanto, sugerimos a leitura de Baranger (2012), principalmente o quinto capítulo. Para uma análise mais crítica e sucinta de sua metodologia reflexiva, ver Peters (2017).

⁶ Gaston Bachelard exerceu considerável influência sobre a sociologia reflexiva de Bourdieu. Sem entrar nos pormenores e referências de seu método reflexivo, é preciso enfatizar que Bachelard (1996) contribui para a epistemologia e metodologia de investigação adotada pelo sociólogo francês principalmente pelos seus conceitos de ruptura, corte epistemológico e vigilância (BOURDIEU et al, 2007). Bourdieu extraiu da epistemologia histórica bachlardiana a necessidade de o sociólogo utilizar técnicas de ruptura que permitiam um rompimento com as pré-noções e as generalizações (sociologia espontânea), de modo a “operar o ‘corte epistemológico’ capaz de estabelecer a separação entre e interpretação científica e todas as interpretações artificialistas” (p. 35). Nesse percurso epistemológico de construção do objeto, o sociólogo deve exercer um papel contínuo de vigilância, “subordinando a utilização das técnicas e conceitos a uma interrogação sobre as condições e limites de sua validade”, julgando “as facilidades de uma aplicação automática de procedimentos já experimentados” e percebendo que “toda operação [...] deve ser repensada” (p. 14).

Outras expressões na terminologia de Bourdieu, tais como “socioanálise”, “objetivação do sujeito objetivante” ou “reflexividade”, dizem respeito a mesma questão colocada pela a objetivação ou objetificação participante, que se refere não a uma função puramente introspectiva ou autocontrole psicológico do pesquisador ou uma reflexão narcísica dos antropólogos pós-modernos (BARANGER, 2012), mas é um trabalho de operacionalização de três níveis, a saber:

primeiro devemos objetivar a posição no espaço social do sujeito [...], então devemos objetivar a posição ocupada no campo de especialistas (e a posição deste campo, desta disciplina, no campo das ciências sociais), por fim, devemos objetivar tudo o que está ligado à pertença ao universo escolástico, dando particular atenção à ilusão da ausência de ilusão, do ponto de vista puro, absoluto “desinteressado” (BOURDIEU, 2004, p. 183)

Apesar de existirem críticas consistentes sobre a inconsistência de sua proposta de objetivação do sujeito objetivante na pesquisa em ciências sociais (VANDENBERGHE, 2010), é necessário considera-la se quisermos propor um esquema teórico-metodológico de base bourdieusiana. Ainda, como a observação participante é uma das técnicas que compõem nosso esquema, as considerações anteriores se fazem ainda mais pertinentes, porque sem uma objetivação do participante na observação participante, a dupla tarefa de ser sujeito e objeto de pesquisa, isto é, aquele que age e que de alguma forma se contempla agindo, torna-se problemática. A objetivação participante acrescenta à dificuldade dessa dupla tarefa uma outra dificuldade, a de objetificar, observando e participando (BARANGER, 2012).

Após essas breves considerações epistemológicas, estamos aptos a descrever as etapas de nosso esquema teórico-metodológico e suas articulações com as estratégias e técnicas de pesquisa sugeridas. Novamente vale lembrar que as etapas que propomos devem e provavelmente irão ocorrer de modo concomitante durante a pesquisa, uma vez que são levados à prova empírica um conjunto de conceitos relacionais e não um modelo pronto de análise utilizando dispositivos conceituais reificados ou de cunho metafórico. Consideramos como a primeira etapa (Nível A) do método a “Teorização”, nível primário em que o objeto de pesquisa que será colocado a prova empírica e atualizado na investigação e análise deve ser temporariamente construído. Temporariamente pois tal objeto deve ser continuamente revisado ao longo das demais etapas.

O segundo nível, o qual denominamos “Investigação” (Nível B), é o momento em que se inicia a coleta de dados no campo ou subcampo e a aplicação adequadas para tal. Segundo Thiry-Cherques (2008), a etapa de investigação não é linear, haja visto que como já mencionamos, na prática a teorização e a investigação se alimentam e se corrigem. Portanto, a ordem de etapas discriminadas nesse nível segue uma lógica objetiva que seguramente será modificada na prática. A atenção nesse nível deve ser dirigida principalmente sobre o *habitus* (disposições) dos participantes, sua estrutura e gênese no campo, no nosso caso no subcampo organizacional. Além disso, a primeira etapa da investigação (delimitação do campo), na realidade assume mais o papel de uma estruturação prévia da investigação do que parte da investigação propriamente dita, visto que é o *habitus* que traz maior contribuição à constituição do campo como mundo significativo e é a configuração de relações objetivas e simbólicas que se estabelece nas práticas e as “estratégias” por agentes segundo suas posses de capital que configura as estruturas de poder que transpassam no campo.

Antes de prosseguirmos para as etapas, é preciso explicar brevemente quais técnicas de coleta de dados sugerimos empregar durante o percurso metodológico: entrevistas semi-estruturadas (BAUER; GASKELL, 2008) e observação participante (ANGROSINO, 2008) objetificada (BOURDIEU, 2017) de atividades práticas específicas dos informantes relevantes ao estudo (NICOLINI, 2009). Essas técnicas devem ser utilizadas em todas as etapas propostas.

Entrevistas semi-estruturadas e observação participante objetificadas

Como todas as etapas de nível investigativo do percurso metodológico visam, grosso modo, interpretar as relações entre as disposições dos informantes e o contexto em que estão inseridos (subcampo), para compreender as lógicas das práticas que ali ocorrem, entrevistas qualitativas respondem a essa necessidade de modo objetivo, posto que “fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação” (BAUER; GASKELL, 2008). Esses dados podem ser representações, crenças, biografias, aspirações, relações, percepções, opiniões, sentimentos e pensamentos (MINAYO, 2008; MAY, 2010). Com relação a observação participante, trata-se de um empreendimento substancial para nossa coleta de dados, porque, como bem lembra Schatzki (2005, p. 476) “identificar arranjos práticos exige um esforço considerável de ‘observação participante’: observar as atividades dos participantes, interagir com eles (por exemplo, fazer perguntas) e, pelo menos de maneira ideal, tentar aprender suas práticas”.

Em face do exposto, sugere-se elaborar um protocolo observacional a partir das orientações de Angrosino (2008) para análise de práticas específicas da organização seguindo dois movimentos específicos propostos por Nicolini (2009). O primeiro movimento de observação participante, denominado pelo autor como *zooming in*, consiste em “mergulhar” na prática no momento que ela ocorre. Esse envolvimento profundo possibilita investigar e refletir sobre todos elementos que constituem a prática específica, principalmente pela dimensão discursiva e material da prática, isto é, pelos “ditos e feitos”, e no nosso caso *zooming in* também pela dimensão emocional. O segundo movimento, denominado pelo autor como *zooming out*, diz respeito a uma ampliação do raio de investigação visando descobrir os nexos que ligam a prática específica estudada no movimento anterior a outras práticas, objetivando uma compreensão mais contextual, ou seja, organizacional. Ao estabelecermos conexões de uma prática no momento real situado com outras práticas espaço-temporais formamos um arranjo de dependências e referências, expandindo nossa capacidade de compreender a trajetória organizacional em sua perenidade e transitoriedade (NICOLINI, 2009). Feitas essas considerações sobre as técnicas empregadas em todas as etapas de investigação empírica, podemos prosseguir para o segundo passo. Lembrado que ambas as técnicas devem também estar fundamentadas na proposta epistêmica de Bourdieu que afirma a necessidade de uma objetivação do sujeito objetivante.

4.1. Etapas de Investigação

Antes de transpormos o método para análise organizacional é necessário salientar que as organizações não representam um campo no sentido que Bourdieu utiliza a noção. No entanto, de acordo com o próprio sociólogo francês, as organizações são “unidades relativamente autônomas funcionando também como campos” (BOURDIEU, 2005, p. 103), ou seja, para fins de análise podemos considerar a estrutura interna da organização, produto de toda a sua história anterior, com seus limites e seus *habitus*, como um campo ou subcampo do campo das empresas ou campo da administração. Sendo assim, uma organização como subcampo se configura como um nível meso estrutural de um campo social e pode ser analisada como um ambiente de posições ocupadas por diferentes agentes, os quais possuem diferentes volumes e tipos de capital e competem por vantagens pessoais e aquisição ou manutenção desses capitais, seguem regularidades e tendências estruturais que caracterizam o jogo organizacional e adotam posturas que refletem uma semiótica ou estrutura cultural que consiste em diferentes declarações, decisões, ações, etc., e, portanto, práticas (EMIRBAYER; JOHNSON, 2008).

Diante dessas considerações, a primeira etapa de nosso percurso metodológico [1] visa trazer uma **delimitação prévia da estrutura do subcampo organizacional** (EVERETT, 2002; THIRY-CHERQUES, 2008) através de uma análise sobre as relações de poder aparentes e legitimação social concernente à lógica distributiva de capitais, além de um mapeamento das

posições que os agentes ocupam nesse espaço. A segunda etapa [2] consiste na **investigação disposicional (*habitus primário e secundário*)** (BOURDIEU; WACQUANT, 1992). Trata-se de um momento analítico essencial do nosso percurso, posto que, partindo do ponto de vista organizacional, deve responder sobre “as práticas, as estratégias não-conscientes, os atos de gerenciar, de produzir, de organizar, de decidir, que se ajustariam à situação vivida no campo ou na fração de campo em estudo” (THIRY-CHERQUES, 2008). Analisar as disposições emocionais, nesse caso, possibilitaria encontrar informações sutis, como os esquemas motores e automatismos emocionais que os indivíduos empregam ao agir e sentir o porvir nas práticas emocionais que influenciam em suas estratégias práticas na organização. Além disso, espera-se também identificar as hierarquias afetivas presentes no campo, visando compreender as qualidades emocionais que implicam em distinção e como essa distinção influencia nas posições dos agentes. A terceira etapa [3] é a **investigação dos capitais específicos e operacionais do subcampo organizacional**. Esses capitais específicos são aqueles que são vistos como “objetos” de disputa reconhecidos por todos os agentes do campo. Por fim, a última etapa [4] se traduz em **investigar as práticas efetivas e estratégias associadas** empregadas de modo regular pelos agentes na organização. As práticas específicas do organizar e do administrar estão “entrelaçadas com a forma de ser, de pensar, de valorar, [de sentir] [...] têm a ver com o que se faz e como se faz, com o tempo e com estratégias, [...] orientações das práticas dos agentes segundo a sua percepção do provável” (THIRY-CHERQUES, 2008).

Após a execução de todos os passos de todas as coletas anteriores, estamos hábeis então a desvelar as práticas (sociais emocionais) dos agentes e suas estratégias de ação no subcampo. As técnicas de coleta adotadas serviram para trazer uma caracterização inicial (que será finalizada com o último nível – análise crítica) das lógicas das práticas sociais emocionais como regulares e ordenadas, visando reforçar todas as etapas anteriores, como a cumplicidade dialética entre disposições e posições no subcampo, a distribuição, acúmulo, distinção, investimentos e conversão dos capitais, além da circulação desses, e as estratégias e práticas efetivas.

4.2. Nível C: Análise Crítica

Após a delimitação do subcampo de investigação, da investigação disposicional, da dinâmica de capitais e das práticas e estratégias, podemos finalizar a matriz estrutural e discutir a problemática do objeto. A construção e discussão crítica da matriz estrutural, assim como do problema proposto, deve partir do corpus elaborado com as informações mais relevantes que forem encontradas e observadas com as técnicas empregadas. Novamente vale lembrar que a investigação empírica e a crítica estrutural devem ocorrer simultaneamente durante o percurso metodológico, obviamente seguindo uma lógica relativamente ordenada, uma vez que levamos à prova empírica um conjunto de conceitos relacionais e não um modelo pronto de análise utilizando dispositivos conceituais reificados ou de cunho metafórico.

Para a análise crítica dos dados sugere-se uma adaptação do modelo tridimensional desenvolvido por um dos fundadores da análise crítica do discurso (ACD), Norman Fairclough (2001), e utilizando-se de princípios de análise das práticas afetivo-discursivas⁷, desenvolvidos por uma das instituidoras da psicologia discursiva crítica, Margaret Wetherell (2012). Ambas abordagens defendem um enfoque micro e macro de análise baseados na prática, mediado pelas práticas discursivas no primeiro caso e práticas afetivo-discursivas, no segundo.

⁷ Existe uma série de pressupostos teóricos que fundamentam a noção de práticas afetivo-discursivas. De modo geral, somente para fins de entendimento, para Wetherell (2012), o único modo pelo qual a experiência do corpo pode ser inteligível para analistas interessados é colocar o que os sentidos apreendem em palavras, usando a capacidade da linguagem para transmitir práticas incorporadas. Assim, o foco de análise transita entre a semiose (práticas discursivas) para as semioses incorporadas (práticas afetivo-discursivas).

A adaptação própria se faz necessária para considerar a dimensão emocional no discurso e na prática, pois como foi visto, apesar da ACD considerar a semiose (linguagem) como produtora de significados (*meaning-making*) dentro de contextos sociais e culturais de poder e dominação (FAIRCLOUGH, 2001), o que possibilitaria o desvelar das práticas sociais no subcampo organizacional, essa compreensão não leva em conta as práticas emocionais, as quais, argumenta-se, só podem ser elucidadas se analisarmos os significados incorporados (*embodied meaning-making*) e as práticas afetivo-discursivas (WETHERELL, 2012), além das próprias práticas emocionais situadas.

De que modo, então, podemos analisar os significados incorporados dentro do subcampo e, por conseguinte, as práticas sociais emocionais? Se nosso foco fosse somente em explicar as práticas sociais efetivas na organização e as relações que as estruturam, desconsiderando os aspectos emocionais, a análise das práticas discursivas estaria de bom tamanho, como propõem, por exemplo, Rosa et al. (2009). No entanto, a partir do momento que consideramos as práticas sociais também como práticas emocionais, uma série de componentes devem ser examinados.

Para tal propósito, conforme mencionado anteriormente, propomos utilizar o modelo analítico proposto por Fairclough (2001) com algumas adaptações que possibilitem a inserção da dimensão emocional nesse modelo. Esse novo esquema de análise de dados parte da premissa que ambas as abordagens teórico-metodológicas propostas pelos autores se assumem como transdisciplinares (FAIRCLOUGH, 2001; WETHERELL, 2012). Ainda, para completar nossa compreensão sobre a matriz estrutural e as práticas da organização, principalmente as emocionais, também devem ser utilizadas as anotações da observação participante *zooming in* e *zooming out*. Não vamos nos ater as peculiaridades operacionais dessas abordagens, isso demandaria uma explicação teórica e metodológica detalhada que não cabe a esse trabalho. Assim, vamos focar apenas nas adaptações e articulações necessárias para entendimento de nossa proposta.

Tendo definido o *corpus* e feita a codificação dos dados, partimos para a análise propriamente dita. Tal análise é realizada seguindo três categorias analíticas através de um processo concomitantemente ascendente e descendente (FAIRCLOUGH, 2001, p. 103): texto, prática discursiva e prática social. De modo geral, a formação do corpus parte da prática social (contexto macro-analítico) para o texto (contexto micro-analítico) e a análise do corpus ocorre no sentido contrário, do texto para a prática social, visando esclarecer como as categorias textuais explicam a reprodução de aspectos ideológicos e hegemônicos da prática social. Esse movimento dialético entre micro e macro análise só se faz possível porque é mediado pela ação da prática discursiva.

Com base nessa lógica, Fairclough (2001) explica quais as principais categorias que devem ser analisadas em cada tipo de análise do modelo tridimensional. Na análise textual devem ser examinadas quatro tópicos (p. 103): vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Na prática discursiva devem ser analisados três tópicos: força dos enunciados, coerência e intertextualidade, os quais devem se unir com as categorias de texto para formar um quadro de análise textual. Esse processo considera aspectos da produção, interpretação, distribuição e consumo dos textos, organizados segundo o contexto social específico que a prática discursiva ocorre. Por fim, a prática social compreende a análise de fundamentos ideológicos e hegemônicos (que estão incutidas nas práticas discursivas).

O processo de análise da prática discursiva se dá tanto no nível micro como macro. A microanálise busca explicar de modo consistente como os informantes geram e interpretam o texto fundamentados nos recursos dos membros que são incorporados. O que determina os

processos de produção e interpretação são as “estruturas sociais efetivamente interiorizadas, normas e convenções” (p. 109), assim como “ordens de discurso e convenções para a produção, a distribuição e o consumo de textos do tipo já referido e que foram constituídos mediante a prática e a luta social passada” (p. 109). A macroanálise, mutuamente necessária, consiste em compreender a natureza específica dos recursos dos membros a que se recorre nos processos de produção e interpretação.

Especificamente nessa etapa será realizada uma adaptação no modelo para analisarmos as práticas afetivo-discursivas. Assim como a análise das práticas discursivas, a análise das práticas afetivo-discursivas nas entrevistas abrange tanto o micro quanto o macro-contexto. A microanálise parte das semioses incorporadas que os indivíduos produzem significados, enquanto que a macroanálise parte de recursos estruturais que os informantes recorrem e se orientam de modo rotineiro segundo suas compreensões implícitas ou explícitas das práticas sociais e emocionais em que se engajam (WETHERELL, 2012).

Para essa análise (micro-macro) Wetherell et al. (2015) propõem um dispositivo teórico-metodológico denominado “cânone afetivo-discursivo” (*affective-discursive canon*). Segundo esses autores, esse termo representa uma espécie de senso comum normativo e tácito pelo qual as pessoas se orientam em suas práticas emocionais, conferindo-as de uma certa regularidade e ortodoxia no que tange a criação de significados emocionais. Esses cânones tornam-se padrões justamente pelas práticas sociais emocionais de um contexto social específico e se traduzem em uma “miscelânea de diferentes manifestações da prática emocional [...]” (WETHERELL, 2012, p. 116) resultantes de convenções coletivas. “Alguns dos cânones que compõem um *habitus* particular podem funcionar, por exemplo, através de aspirações, regulando através da criação de ideais de autocontrole ou exibição dramática” (idem).

Essa etapa é fundamental para a compreensão das regras de sentimentos e expressão emocional, assim como para o entendimento de outros aspectos estruturais do subcampo, como a *doxa* e *illusio*. Como lembra Bourdieu (2009), cada campo impõe uma visão de mundo que é tida como senso comum (*doxa*), essa visão de mundo é representada por um conjunto de crenças e opiniões aparentemente naturais e inquestionáveis, mas que na verdade são internalizadas e reproduzidas nas práticas por *habitus* semelhantes que desconhecem o poder simbólico que lhes é imposto. É nesse sentido que a ACD consegue atingir um de seus principais objetivos, isto é, revelar o papel que o discurso assume como reproduzidor da dominação ao exercer o poder social “por meio da circulação de textos ideologicamente constituídos que, ao serem incorporados pelos consumidores desses textos, naturalizam posições tornando os processos sociais de sujeição invisíveis” (ROSA et al., 2009). No nosso caso, através da análise dos cânones afetivo-discursivos, também é nosso objetivo tornar visível e manifesto o que os agentes do campo têm como evidente e “natural” a partir da análise de semioses incorporadas que interiorizadas nas práticas emocionais influenciadas por relações de poder e dominação.

Por fim, a última etapa de análise de dados, seguindo o modelo tridimensional adaptado de Fairclough (2001), diz respeito a análise das práticas sociais da qual o discurso é uma parte, revisando assim as práticas sociais. Nessa etapa se inserem as anteriores, posto que é através dela que as estruturas objetivas e subjetivas se vinculam, as quais são inerentes às forças estruturais do subcampo analisado. Para Fairclough (2001, p. 116-117), o principal objetivo dessa última análise é, através de um enfoque principalmente macro analítico, examinar a ideologia presente nas significações e estruturações da realidade considerada, buscando revelar como as práticas discursivas e os textos reforçam a dominação, reproduzem a *doxa* e a distribuição desigual dos capitais considerados (macro contexto).

Na presente proposta, considerando os ajustes realizados anteriormente, também visamos compreender a dimensão emocional das práticas sociais e como essas práticas emocionais exprimem relações de poder e diferenciação ligadas às emoções. Como reforça

Wetherell (2012, p. 17), o poder é uma dimensão crucial para o estudo das emoções e permite investigar a desigualdade inerente as práticas emocionais; quais relações que uma prática emocional cria, rompe e reforça; quem é emocionalmente privilegiado e quem é emocionalmente desfavorecido; como se configuram esses privilégios e desvantagens; e como elas podem se configurar como uma forma de capital.

Após essas considerações, na Figura 1 concentram-se de forma imagética todos os níveis e etapas discutidos anteriormente. Como ambas as técnicas de coleta propostas contribuem de modo simultâneo para a execução da análise, optou-se por ilustrá-las com linhas tracejadas. Ainda, como as etapas se sobrepõem uma as outras, também optamos pelas linhas tracejadas para designar o percurso. Utilizamos a cor vermelha para facilitar o entendimento do que será investigado em cada etapa e quais as técnicas consideradas. O último nível de análise (crítica) compreende o modelo adaptado da ADC e como pode ser observado é nesse nível que findamos a compreensão das práticas sociais emocionais, posto que as informações coletadas na etapa de investigação forneceram os dados para a formação do corpus que visa explica-las, enquanto que a análise do corpus visa justamente trazer essa explicação.

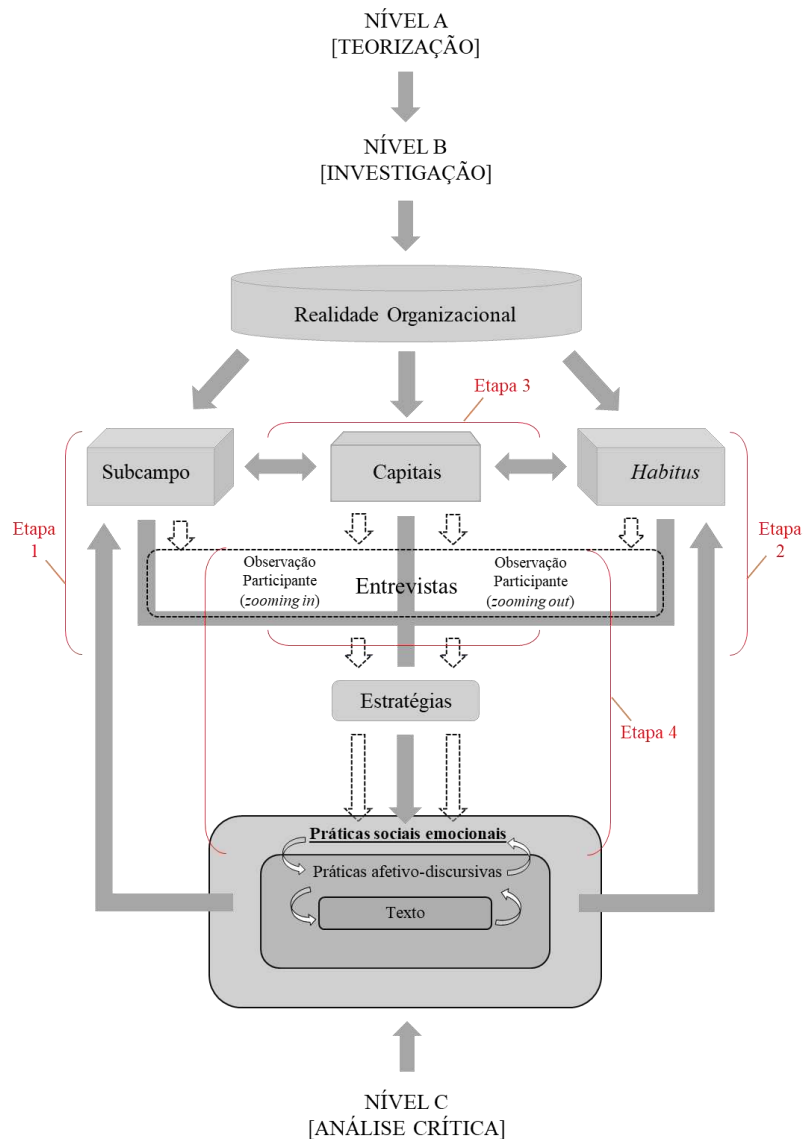


Figura 1 – Níveis e etapas do esquema teórico-metodológico
Fonte: elaborado pelo autor com base em Rosa et al. (2009)

5. Conclusão

Conclui-se diante do exposto nos tópicos anteriores que por mais lógicas que as práticas podem parecer quando entendemos sua gênese e reprodução a partir da relação coincidente e dialética entre as disposições (*habitus*) e as condições estruturais (subcampo), elas são, na verdade, extremamente ilógicas (no sentido da lógica lógica). Assim, apesar de parecer um pouco improvável que um pesquisador possa compreender a lógica de uma prática emocional cotidiana e a sua própria prática de pesquisa, dada a natureza fluida e multidimensional do exercício prático, acreditamos que dispositivos teóricos relacionais, flexíveis e adaptáveis, notadamente aqueles que compõem a tríade conceitual de Bourdieu (*habitus-campo-capital*), conjuntamente com estratégias e técnicas de pesquisa adequadas, são capazes de investigar e compreender tais práticas emocionais.

Não pretendemos com essa proposta teórico-metodológica apresentar um esquema rígido e generalizável para uma ampla gama de estudos, pois isso seria adotar uma postura objetivista, reforçando um modelo explicativo pré-construído da vida social, que nada possa descrever sobre um ou outro objeto. Cada prática social emocional e o conjunto destas tem uma lógica específica que envolve pessoas, objetos, atividades, experiências, artefatos, organismos, emoções, e as relações e sentidos que são estabelecidos entre todos esses elementos. É necessário adotar uma postura aberta e investigativa, visando extrair ao máximo de explicações sócio teóricas das práticas estudadas que respondam aos objetivos do pesquisador. Esperamos, portanto, que esse trabalho contribua para avançar as fronteiras do conhecimento no campo dos estudos organizacionais, ainda, concordando com Meneghetti (2011, p. 331), acreditamos que “o ensaio na administração possibilita a transgressão lógica, tão importante para o rompimento com a razão tradicional, alicerces da ciência tradicional”.

6. Referências

- ANGROSINO, M. **Etnografia e a observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 138p.
- BACHELARD, G. **Le matérialisme rationnel**. Paris: PUF, 1953.
- BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARANGER, D. **Epistemología y metodología em la obra de Pierre Bourdieu**. Posadas, 2ed, 2012.
- BARBALET, J. **Emotion, Social Theory, and Social Structure: A Macrosociological Approach**. Melbourne: Cambridge University Press. 2002.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BIERNACKI, R. **Practice**. In RITZER, Blackwell Encyclopedia of Sociology. On culture as practice, 2007.
- BISPO, M. S.; SOARES, L. C.; CAVALCANTE, E. D. C. **Panorama dos Estudos Sobre "Prática" no Brasil: Uma Análise da Produção**. XXXVIII Encontro da ANPAD - Enanpad, 2014.
- BOURDIEU, P. **The contradictions of inheritance**, in P. Bourdieu et al., *The Weight of the World: Social Suffering in Contemporary Society*, Cambridge: Polity Press. 1999.
- BOURDIEU, P. **Esboço de Uma Teoria da Prática, Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila**. Editora Celta, 1ed, p. 265, 2002.
- BOURDIEU, P. **Science of science and reflexivity**. London: Polity Press, 2004.
- BOURDIEU, P. **A Distinção: crítica social do julgamento**. ZOUK Editora, 560p, 2006.
- BOURDIEU, P. **Meditações Pascalianas**. Editora Bertand Brasil. 2007.
- BOURDIEU, P. **Razões Práticas - Sobre a teoria da ação**. Papirus Editora, 9ed, 2008.
- BOURDIEU, P. **O Senso Prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.; PASSERON, J. **Ofício de Sociólogo – Metodologia da pesquisa na sociologia**. Editora Vozes, 2007.
- BOURDIEU, P. **Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- BOURDIEU, P. **Objetificação participante**. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. RBSE - Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v.16, n.48, p. 73-86, 2017.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D **An Invitation to Reflexive Sociology**. Chicago, IL: University of Chicago Press. 1992.
- BURKITT, I. **Social Relations and Emotions**. Sociology, 31: 37056. 1997.
- BURKITT, I. **The emotional self: Embodiment, reflexivity, and emotion regulation**. Social and Personality Psychology Compass, Wiley, 2018.
- CROSSLEY, N. **The Social Body: Habit, Identity and Desire**. Sage Publications, Londres, 2001.
- EMIRBAYER, M.; JOHNSON, V. **Bourdieu and Organizational Analysis**. Theory and Society, v.37, n.1, 2008.
- EVERETT, J. **Organizational Research and the Praxeology of Pierre Bourdieu**. Organizational Research Methods, v.5, n.1, p. 56-80, 2002.
- EVERTS, J; WAGNER, L. **Guest editorial: Practising emotions**. Emotion, Space & Society, 5, 174-176, 2012.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2001.
- FELDMAN, M. S.; ORLIKOWSKI, W. J. **Theorizing Practice and Practicing Theory**. Organization Science. Articles in Advance, p. 1-14, 2011.
- FINEMAN, S. **Understanding Emotions at Work**. Sage Publications, 2003.
- FINEMAN, S. **The Emotional Organization: Passions and Power**. Blackwell, 2007.
- FLAM, H. **Corporate emotions and emotions in corporations**. The editorial Board of Sociological Review, 2002.
- GHERARDI, S. **From Organizational Learning to Practice-Based Knowing**. Human Relations, v. 54, n.1, p. 131-139, 2009.
- GIDDENS, A. **The constitution of society: Outline of the theory of structuration**. Univ. of California Press, 1984.
- HARDY, C. **Espaço Social**. In: GRENFELL, M. Pierre Bourdieu – conceitos fundamentais, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2018.
- HOCHSCHILD, A. R. **The Managed Heart: Commercialization of Human Feeling**. Berkeley: University of California Press, 1983
- LAHIRE, B. **O homem plural – Os determinantes da ação**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LAMMI, I. J. **A practice Theory in Practice: Analytical Consequences in the Study of Organization and Socio-Technical Change**. Tese de Doutorado, Uppsala universitet, 277p, 2018.
- LE BRETON, D. **As paixões ordinárias: antropologia das emoções**. Editora Vozes, 2008.
- MAY, T. **Social Research: issues, methods and process**. 4ed. Mc Graw Hill, Open University Press, 2010.
- MICELI, S. **Introdução: a emoção raciocinada**. In: BOURDIEU, P. Esboço de auto-análise. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- MENEGHETTI, F. K. **O que é um Ensaio-Teórico?** Revista de Administração Contemporânea, v.15, n.2, p. 230-332, 2011.
- MUMFORD, S. **Dispositions**. Oxford University Press, 1998.
- NICOLINI, D. **Zooming in and out; Studying practices by switching theoretical lenses and trailing connections**. Organization Studies, v. 30, n. 12, p. 1391-1418, 2009.
- NIVEN, K. **Why do people engage in interpersonal emotion regulation at work?** Organizational Psychology Review, p. 1-19, 2015.

- OLIVEIRA, J. S. **Práticas Organizativas e Emoções: Contribuições para as Pesquisas sobre Organizações Culturais**. Revista interdisciplinar de gestão social, v.5, n.2, p. 51-68, 2016.
- PETERS, G. **A ciência como sublimação: o desafio da objetividade na sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu**. Sociologias, Porto Alegre, v.19, n. 45, p. 336-369, 2017.
- PROBYN, E. **Blush: faces of shame**. University of Minnesota Press, Minneapolis, Londres, 2005.
- RECKWITZ, A. **Affective spaces: a praxeological outlook**. Rethinking History, v.16, n. 2, p. 241-258, 2012.
- REDDY, W. **Saying something new: Practice theory and cognitive neuroscience**. Arcadia: International Journal for Literary Studies, 44, 8-23, 2009.
- ROBBINS D. **Teoria da Prática**. In: In: GRENFELL, M. Pierre Bourdieu - conceitos fundamentais, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2018.
- ROSA, A. R.; PAÇO-CUNHA, E.; MORAIS, C. A. T. **Análise Crítica do Discurso como análise crítica das organizações: uma proposta teórico-metodológica com base na teoria simbólica de Pierre Bourdieu**. In: CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S.; PIMENTEL, T. D.; SOUZA-RICARDO, P. A. G. *Análise do Discurso em Estudos Organizacionais*. Editora Juruá, 1ed, 316p, 2009.
- ROUSE, J. **Practice Theory. Handbook of the Philosophy of Science**. Division I Faculty Publications, Wesleyan University. 2009.
- SANTOS, L. L. S.; SILVEIRA, R. A. **Por uma Epistemologia das Práticas Organizacionais: A contribuição de Theodore Schatzki**. Revista Organizações & Sociedade, v.22, n.72, 2015.
- SCARTEZINI, N. **Introdução ao Método de Pierre Bourdieu**. Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais, Unesp. 2011.
- SCHATZKI, T. R. **Social Practices: A Wittgensteinian Approach to Human Activity and the Social**. Cambridge University Press. 1996.
- SCHATZKI, T. R. **The Sites of Organizations**. Organization Studies, v.26, n.3, p. 465-484. 2005.
- SCHATZKI, T. R. **On organizations as they happen**. Organization Studies, v. 27, n. 12, p. 1863-1873, 2006.
- SCHEER, M. **Are emotions a kind of practice (and is that what makes them have a history)? A Bourdieuan approach to understanding emotion**. History and Theory, v.51, p. 193-220, 2012.
- SMITH, L.; WETHERELL, M.; CAMPBELL, G. **Emotion, Affective Practices, and the Past in the Present**. 1ed, Routledge, 2018.
- SOLOMON, R. C. **The Philosophy of Emotions**. In LEWIS, M.; HAVILAND-JONES, J. M.; BARRET, L.F. *Handbook of Emotions*. 3ed, Guilford Press, 2008.
- THIRY-CHERQUES, H. R. **Métodos estruturalistas: pesquisa em ciências de gestão**. Editora Atlas, São Paulo, 2008.
- VANDENBERGHE, F. **Teoria social realista: um diálogo franco-britânico**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- VORONOV, M. **Emotional Capital and Institutional Reproduction**. Academy of Management Proceeding, 2013.
- WACQUANT, L. **Esclarecer o habitus**. Educação & Linguagem, n.16, p. 63-71, 2007.
- WETHERELL, M. **Affect and emotion. A new social understanding**. Sage Publications, Londres, 2012.
- WETHERELL, M.; MCCREANOR, T.; MCCONVILLE, A.; BARNES, H. M.; LE GRICE, J. **Settling space and covering the nation: Some conceptual considerations in analysis affect and discourse**. Emotion, Space and Society, v.16, p. 56-64. 2015.